

Perda. Estado vai perder mais de R\$ 1 bilhão por ano

Dinheiro do petróleo nas mãos de Lula

EDSON CHAGAS

Câmara aprovou ontem modelo de partilha dos royalties e emenda que prejudica o ES e RJ

DENISE ZANDONADI

dzandonadi@redegazeta.com.br

■ O plenário da Câmara dos Deputados, em sessão extraordinária tumultuada que durou mais de cinco horas, aprovou a proposta de nova distribuição dos royalties do petróleo. A decisão dos parlamentares prejudicará os Estados produtores, como Rio de Janeiro e Espírito Santo e a decisão só poderá ser revertida com o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O artigo 64, referente à distribuição de royalties e aprovado ontem, teve a sua retirada do projeto indicada pelo relator do projeto, o deputado Antonio Palocci (PT-SP). Os parlamentares do Nordeste, mais o auto da emenda que propôs uma nova repartição, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), iniciaram um movimento para não acatar a proposta do relator, o que acabou acontecendo.

O deputado Lelo Coimbra (PMDB) disse que o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza, afirmou para os parlamentares capixabas e do Rio que o presidente Lula assumiu compromisso com o veto ao artigo referente aos royalties. "Vamos cobrar este compromisso", afirmou ele, ao final da votação.

MARCO

A Câmara aprovou, com



DESFALQUE. Produção do Espírito Santo está próxima a 200 mil barris por dia

204 votos a favor, 66 contra e duas abstenções, a mudança do modelo de exploração de petróleo na camada pré-sal, de concessão para partilha de produção. A Casa também aprovou a criação de um fundo social para aplicar os recursos desta exploração.

A mudança de modelo de exploração de concessão para partilha foi proposta pelo governo federal em agosto do ano passado. No modelo proposto, o governo passa a receber uma parte da produção em óleo. Outra mudança é que a Petrobras participará de todos os consórcios com no mínimo 30% e será a operadora única das reservas que serão leiloadas. (Com agências)



“ Se for aprovado e o presidente vetar, a cobrança volta à forma original, e é provável que retorne à Câmara em 2011 como um novo projeto de lei que discuta de maneira mais equânime a questão dos royalties”

JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI
PRESIDENTE DA PETROBRAS